



MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 003/2011

AGENTE DA GUARDA MUNICIPAL

INSTRUÇÕES

[Estas instruções passam a fazer parte do Edital n.º 003/2011 do Município de Campina Grande do Sul.]

01. Deixe sobre a carteira escolar apenas o material estritamente necessário para a realização da prova (caneta, lápis, borracha e apontador) e a Cédula de Identidade.
02. No decorrer da prova, você assinará a **lista de presença**.
03. Você receberá do Fiscal os seguintes materiais:
 - a) **este caderno de prova**; e
 - b) **a folha de respostas**.



Identidade com foto sobre a carteira escolar

CADERNO DE PROVA

04. Este caderno de prova deve conter **40 (quarenta) questões**, numeradas de 01 a 40. Confira **antes** de iniciar a prova. Caso encontre algum defeito, levante o braço e aguarde a chegada do Fiscal. Após a prova ser iniciada, não será aceita qualquer reclamação sobre falhas na impressão e/ou montagem.
05. Em cada questão, somente **UMA alternativa será aceita como resposta**.
06. A interpretação das questões é parte integrante da prova. **Evite perguntas**.
07. A prova é **individual**. É vedada a comunicação entre os candidatos durante a prova.

- Somente **UMA** resposta certa em cada questão. Leia atentamente e marque a que achar correta.

FOLHA DE RESPOSTAS

08. **Confira se o seu nome, número de inscrição e número de sua identidade** estão corretos na folha de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal.
09. Não amasse, nem dobre a folha de respostas. **Preencha-a com caneta esferográfica azul ou preta, escrita grossa**. Não faça uso de borracha ou corretivo.
10. A marcação na folha de respostas é de inteira **responsabilidade do candidato**.
11. Procure **responder a todas as questões**. As questões não respondidas, com mais de uma resposta ou preenchidas em desacordo com as instruções da folha de respostas serão consideradas nulas.
12. Ao terminar a prova, **devolva ao Fiscal a folha de respostas**. Após a entrega, **retire-se do local de prova**.



CERTO

Errado



Não use



Não use



Não use

LEMBRETES IMPORTANTES

13. **Guarde o seu relógio** antes do início da prova. O tempo de realização da prova será controlado pelo Fiscal de sala.
14. **Desligue o seu telefone celular** antes do início da prova e guarde-o.
15. **Tire o boné** antes do início da prova e guarde-o.
16. Você somente poderá **retirar-se da sala de provas** após decorrida **1 (uma) hora** de seu início.
17. Você poderá levar o seu caderno de prova **somente após duas horas do início da prova**.
18. **Duração da prova**: 03h (três horas), já incluído o tempo destinado à identificação do candidato e ao preenchimento da folha de respostas.
19. Os **03 (três) últimos candidatos** de cada sala deverão entregar a folha de respostas ao mesmo tempo, assinar o **Termo de Encerramento de Prova** e retirar-se, todos juntos, da sala.
20. A **desobediência** a qualquer uma das determinações destas instruções ou das constantes da folha de respostas **poderá implicar a anulação da sua prova**.





MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 003/2011

LÍNGUA PORTUGUESA

O texto a seguir constitui referência para resposta das questões 1, 2, 3 e 4.

DILMA CRITICA SEGURANÇA DOS ESTADOS

Em evento em SP, ao lado de Haddad, pré-candidato do PT a prefeito, presidente disse que há “limpeza humana” contra moradores de rua.

A presidente Dilma Rousseff classificou ontem de “limpeza humana” os assassinatos de moradores de rua em todo o País e criticou, de maneira indireta, a segurança pública promovida pelos Estados.

“Muitas vezes, o que está ocorrendo é uma limpeza humana nas grandes cidades deste País”, afirmou para uma plateia de mais de 500 integrantes de movimentos de moradores de rua e catadores de material reciclável no Sindicato dos Bancários, em São Paulo. Dilma recebeu lista que apontava 142 assassinatos de moradores de rua em 2011.

“Acho importante criar, com os senhores governadores – porque nós não controlamos a polícia dos senhores governadores –, um diálogo para impedir isso”, disse Dilma, acompanhada de oito ministros. O encontro com os moradores de rua era evento tradicional na agenda de fim de ano do ex-presidente Lula.

Dilma evocou o pacto federativo para dizer que a segurança nos Estados não é responsabilidade da União. “Neste País, a Constituição define que a União não tem poder sobre municípios, nem sobre Estados, porque o nome do Brasil é “República Federativa do Brasil”. Não é uma questão que qualquer presidente pode chegar lá e falar: “Está acabado com isso””, declarou.

Críticas. As declarações da presidente sobre a “limpeza humana” foram endossadas depois pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, para quem há “visão higienista em muitos lugares do Brasil”.

O PT acusa a Prefeitura de São Paulo, administrada por Gilberto Kassab (PSD), de promover políticas higienistas com a população de rua. Entre as críticas, está a construção em viadutos da chamada “rampa antimendigos”, ainda na gestão de José Serra na Prefeitura (2005-2006).

A relação do poder público com os moradores de rua e as políticas públicas voltadas para esse segmento da sociedade serão um dos principais temas da eleição municipal de 2012.

Questionado se se referia a São Paulo, Carvalho afirmou: “Não posso dizer isso”. Declarou, no entanto, haver uma “tendência” desse tipo de política no Brasil e que as ações voltadas para a Copa não podem ser “pretexto” para a promoção da exclusão de setores da sociedade.

Em seu discurso, Dilma fez avaliação similar. “Eu sei da pressão, até 2014, que as prefeituras terão. De fato, elas terão uma grande pressão sobre elas, mas é por isso que este momento exige que a gente discuta isso.”

O pré-candidato do PT à Prefeitura, ministro Fernando Haddad (Educação), presente do encontro, disse que Dilma fez uma “interpretação correta” do problema em seu discurso e que a presidente estava “impressionada” com o número de mortes entre a população que vive na rua.

Fonte: *O Estado de São Paulo*. JULIA DUAILIBI. 23/12/2011.



01. A expressão “políticas higienistas” mencionada pela autora remete à:

- constatação de que as políticas de higiene são precárias nos Estados.
- iniciativa da prefeitura de São Paulo de deixar a cidade mais exuberante para a Copa.
- iniciativa do governo federal em assumir as responsabilidades do Estado quanto ao problema da segurança pública.
- proposta de governo municipal para 2012.
- política de restrição a mendigos.

02. O teor do 5.º parágrafo constitui:

- uma autorização para intervenção federal no caso de os municípios não cumprirem sua função social.
- uma contradição, pois ao mesmo tempo em que menciona pacto federativo, isenta o governo de responsabilidades.
- uma vontade pessoal da presidente em não resolver o problema em questão.
- fundamentação legal para a não intervenção do governo federal para resolver o problema em questão.
- indiferença dos entes federativos diante das dificuldades inerentes à segurança pública.

03. Em “Questionado se se referia a São Paulo, Carvalho afirmou...”, o verbo flexionado no mesmo tempo e modo em que se encontra o destacado nesta frase é verificado em:

- A segurança era precária naquele local.
- Os administradores deveriam ser punidos pelo descaso com a segurança pública.
- Já houve maiores cuidados com o patrimônio público.
- “Em seu discurso, Dilma fez avaliação similar...”
- “Muitas vezes, o que está ocorrendo é uma limpeza humana nas grandes cidades deste País...”

04. A palavra que mantém o mesmo sentido de “endossadas” (6.º parágrafo) é:

- apoiadas;
- rechaçadas;
- criticadas;
- desmentidas;
- admiradas.

05. Observe o texto a seguir:



Padre: Eu não permito o controle de natalidade.

Pai: Eu não dou amor e carinho.

Estado: Eu não dou educação.

País: Eu não dou emprego.

Policial: E vocês querem que eu resolva tudo sozinho!

Da leitura dos elementos verbais e não verbais, só NÃO é possível inferir que:

- As instituições sociais representadas possuem cada qual sua parcela de responsabilidade em relação à violência.
- A palavra “tudo” retoma exclusivamente a obrigação da polícia em resolver as proibições e negativas das outras instituições representadas.
- A conjunção “e” da fala do policial pode assumir valor conclusivo diante do contexto.
- Religião e economia são fatores que influenciam na ocorrência da violência.
- Os esforços e acúmulos de trabalho da polícia estão diretamente ligados aos das instituições sociais representadas.

Texto referência para as questões 6, 7 e 8.

A GREVE AJUDOU O GOVERNO

À parte os danos políticos, o governo avalia que a greve dos policiais, que teve seu epicentro na Bahia, acabou inviabilizando a votação da PEC 300* – que estabelece um piso nacional para a categoria – gerando um efeito colateral positivo para a economia.

Fator de tensão com o Congresso, sobretudo junto à base aliada, a emenda deixa de ser, por ora, ameaça à determinação de evitar a qualquer custo a aprovação de matérias que produzam aumento de despesas. No caso, segundo as estimativas do governo, desaparece do horizonte de preocupações uma conta de R\$ 30 bilhões.

Na visão do governo, a afronta à Constituição, que proíbe greve em setores essenciais, o vandalismo, a violência e a quase meia centena de cadáveres de vítimas da paralisação na Bahia produziram uma repercussão negativa indispondo a categoria com a população. A tentativa aparentemente abortada de extensão simultânea do movimento a todos os Estados agravou essa percepção popular.

Esse contexto determinou o endurecimento com as lideranças do movimento, materializado na declaração da presidente Dilma Rousseff de que não haverá tolerância com infratores – como a anistia que ela própria equivocadamente endossara por ocasião do movimento dos bombeiros no Rio.

Embora reconheça que a questão salarial dos policiais foi negligenciada ao longo do tempo, o Planalto comemora o retorno das negociações ao âmbito estadual, governo a governo, neutralizando o efeito padronizador da emenda 300, que criaria dificuldades intransponíveis para os Estados mais pobres, incapazes de suportar um piso nacional.

JOÃO BOSCO RABELLO – *O Estado de S.Paulo*. 12 de fevereiro de 2012.

* PEC: Projeto de Emenda Constitucional

06. Da leitura do texto, conclui-se que:

- o autor apresenta um título irônico ao texto na medida em que seu conteúdo apresenta teses opostas.
- o autor apresenta com clareza os motivos pelos quais a greve em questão ajudou o governo, inclusive ao mencionar o objetivo da emenda em questão.
- O governo não coibiu a greve porque preferiu colocar os policiais contra o povo.
- O movimento grevista influenciou outros Estados a ele aderirem na medida em que os Estados devem atribuir um piso salarial nacional aos policiais.
- O movimento grevista, ao insurgir-se contra o Congresso, onera o governo baiano a pagar um piso nacional, por isso a comemoração do governo federal, que nitidamente não se importa com os Estados.

07. Fator(es) que colabora(m) para a efetivação do mencionado no título do texto:

- Indisposição do movimento grevista com a opinião pública e fracasso da extensão do movimento a outros Estados;
- Conflito entre Congresso Nacional e policiais;
- Concorrência entre Planalto e governos estaduais;
- Aprovação da PEC 300;
- Apoio do governo federal às formas de manifestação grevista e piso salarial nacional.

08. Considerando o contexto, a coesão, a coerência e a norma culta, a conjunção “embora” (último parágrafo) pode ser substituída, sem necessidade de adaptações, por:

- visto que;
- uma vez que;
- já que;
- ainda que;
- apesar de.

09. “A tentativa aparentemente abortada de extensão simultânea do movimento a todos os Estados agravou essa percepção popular...”

Alterando-se a voz verbal do verbo da oração acima, têm-se corretamente a forma verbal resultante:

- é agravada.
- foram agravadas.
- foi agravada.
- são agravadas.
- foi agravado.



10. Observe o texto a seguir e assinale a alternativa INCORRETA:



Político: Violência? Está tudo sob controle!

Repórter: De quem?

- A palavra “controle” assume duplo sentido e é um dos motivos do humor da tira.
- O repórter, ao perguntar, ao mesmo tempo sugere que a administração pública é ineficiente em relação à segurança.
- As imagens são indispensáveis para a compreensão da tira.
- É possível inferir que o repórter já havia feito uma pergunta antes daquela apresentada na tira.
- A linguagem não verbal da tira justifica a fala do político entrevistado.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Em relação a um código de 5 letras, sabe-se que o código

- CLAVE não possui letras em comum;
- LUVRA possui uma letra em comum, que está na posição correta;
- TUVCA possui duas letras em comum, uma na posição correta e a outra não;
- LUTRE possui duas letras em comum, ambas na posição correta.

Numerando, da esquerda para a direita, as letras do código com 1, 2, 3, 4 e 5, as informações dadas são suficientes para determinar, no máximo, as letras em:

- a) 1 e 2
- b) 2 e 3
- c) 1, 2 e 3
- d) 1, 3 e 4
- e) 2, 3 e 4

12. Em situações do cotidiano, é comum usar-se como unidade de medida o palmo (da própria mão). Porém, esta unidade varia de pessoa para pessoa. João mediu o comprimento de uma peça de tecido e encontrou 30 palmos. Alfredo encontrou, para a mesma peça de tecido, a medida de 27 palmos.



Revista Pega, Setembro, 2002.

Pode-se afirmar que 10 palmos de João equivalem a:

- a) 0,1 palmo de Alfredo;
- b) 0,9 palmo de Alfredo;
- c) 9 palmos de Alfredo;
- d) 10 palmos de Alfredo;
- e) 11,1 palmos de Alfredo.

13. Sophie Germain introduziu em seus cálculos matemáticos um tipo especial de número primo descrito abaixo.

Se p é um número primo e se $2p + 1$ também é um número primo, então o número primo p é denominado primo de Germain.



Sophie Germain (1776-1831)

Pode-se afirmar que é primo de Germain o número:

- a) 7
- b) 17
- c) 18
- d) 19
- e) 41

14. O valor da soma $1 + \frac{1}{2} + \frac{1}{4} + \frac{1}{8} + \dots$ é:

- a) 5
- b) 4
- c) 3
- d) 2
- e) 1

15. Lançando um dado não viciado, a chance de aparecer o número 1 voltado para cima é:

- a) uma em três;
- b) duas em três;
- c) uma em seis;
- d) uma em duas;
- e) uma em dezoito.



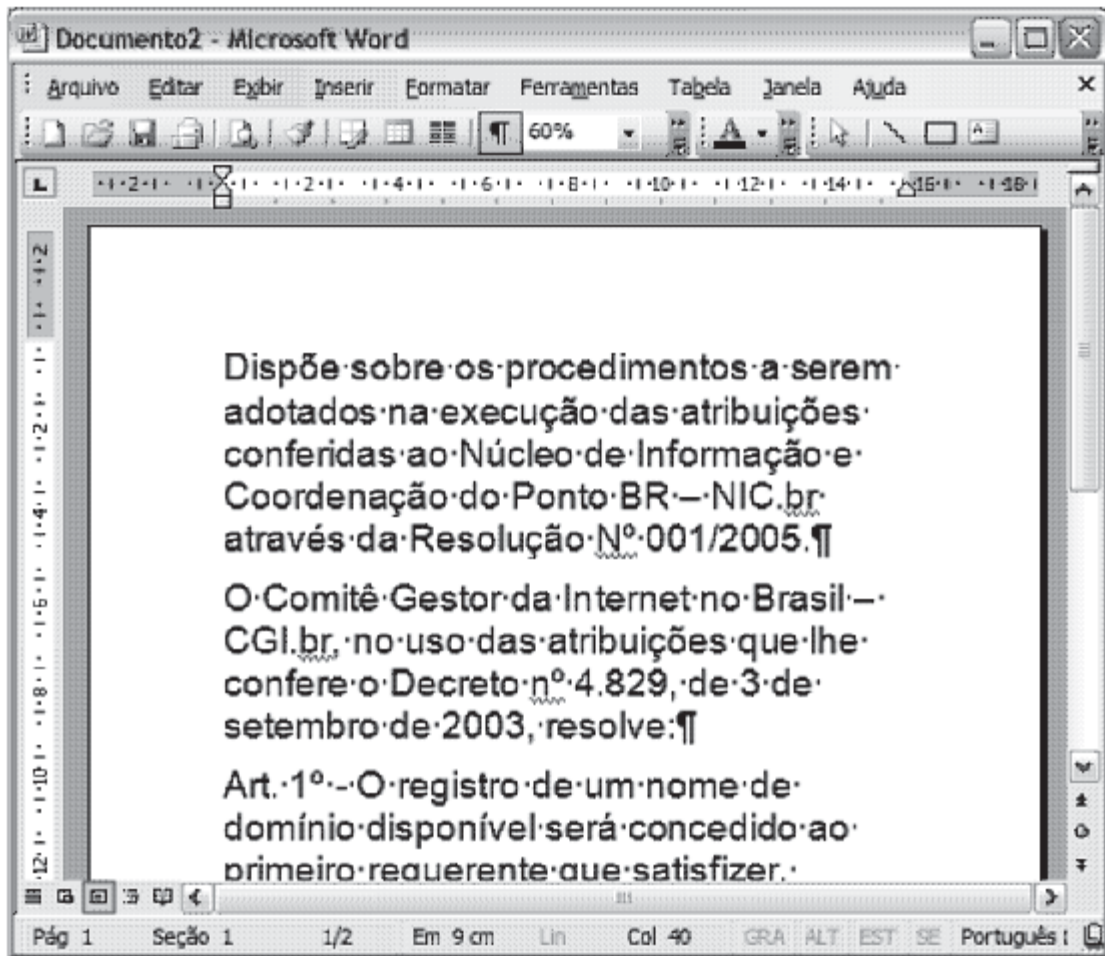
INFORMÁTICA

16. Assinale a alternativa cuja expressão completa corretamente a sentença a seguir:






Caso o usuário deseje transportar, de um computador para outro, um arquivo de imagem com tamanho de 10 megabytes, ele poderá copiar o referido arquivo em um meio de armazenamento como _____.

- a) pendrive;
- b) disco flexível de 3,5";
- c) impressora multifuncional;
- d) PDF;
- e) Microsoft Word.

Para as questões 17 e 18, considere a imagem a seguir.



17. Na figura acima, que mostra uma janela do aplicativo Microsoft Word, observa-se um texto retirado do site cgi.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). Com base na figura e em conceitos do editor de textos Microsoft Word, assinale a alternativa correta:

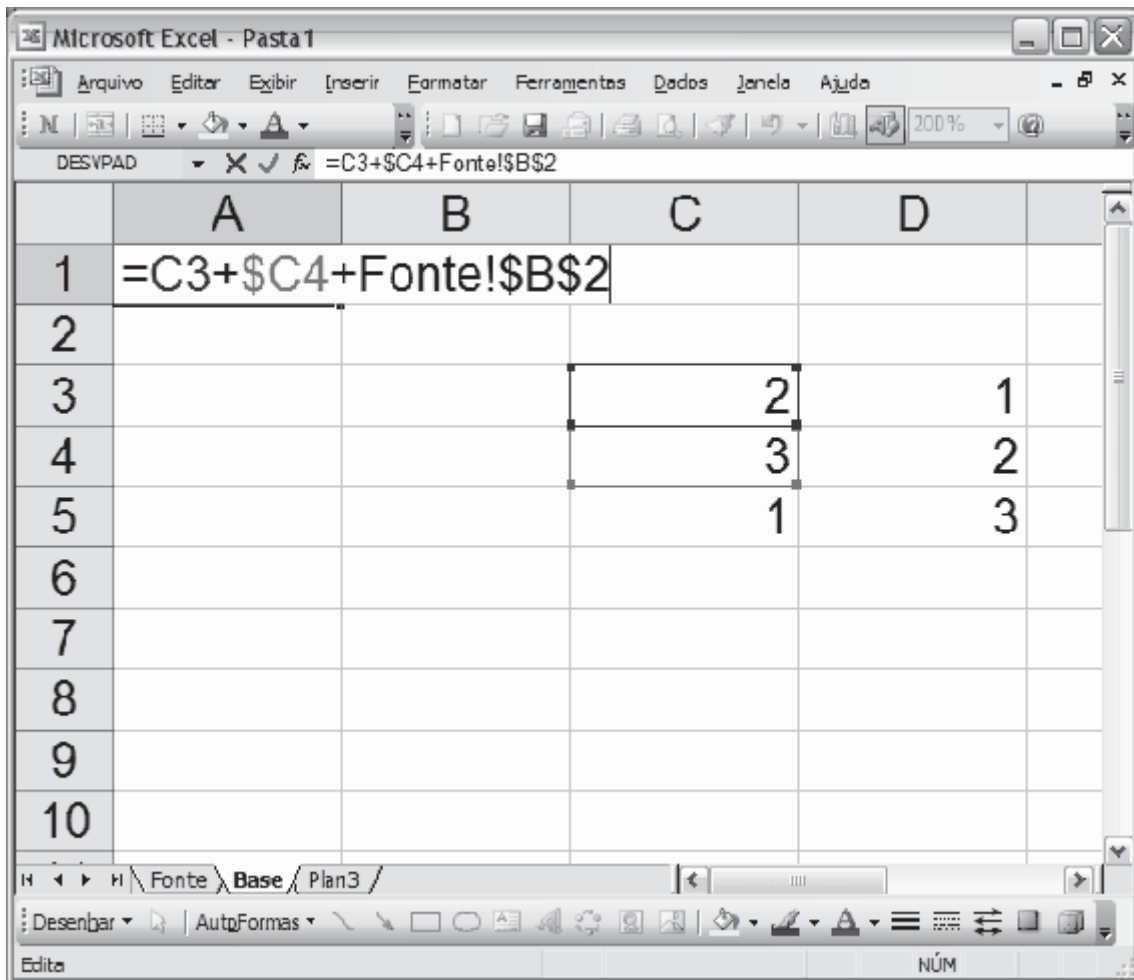
- a) O documento em questão denomina-se “Notícia.doc” e possui 4 páginas.
- b) Por intermédio do botão , o usuário poderá iniciar uma busca por palavras digitadas de forma incorreta. Esta opção também poderá ser encontrada por meio do menu .
- c) O botão  permite a exibição da barra de ferramentas “Revisão”, e por meio dela o usuário poderá inserir comentários no texto.
- d) A ferramenta “pincel” pode ser acionada pelo botão  e permite copiar a formatação de um texto selecionado e aplicá-la em outra seleção de texto.
- e) O botão , localizado na barra de ferramentas Desenho, permite a seleção de um trecho aleatório de texto, porém não permite a seleção de imagens no documento.



18. Ainda considerando a imagem anterior, indique a alternativa correta referente aos conceitos de seleção e edição no Microsoft Word:

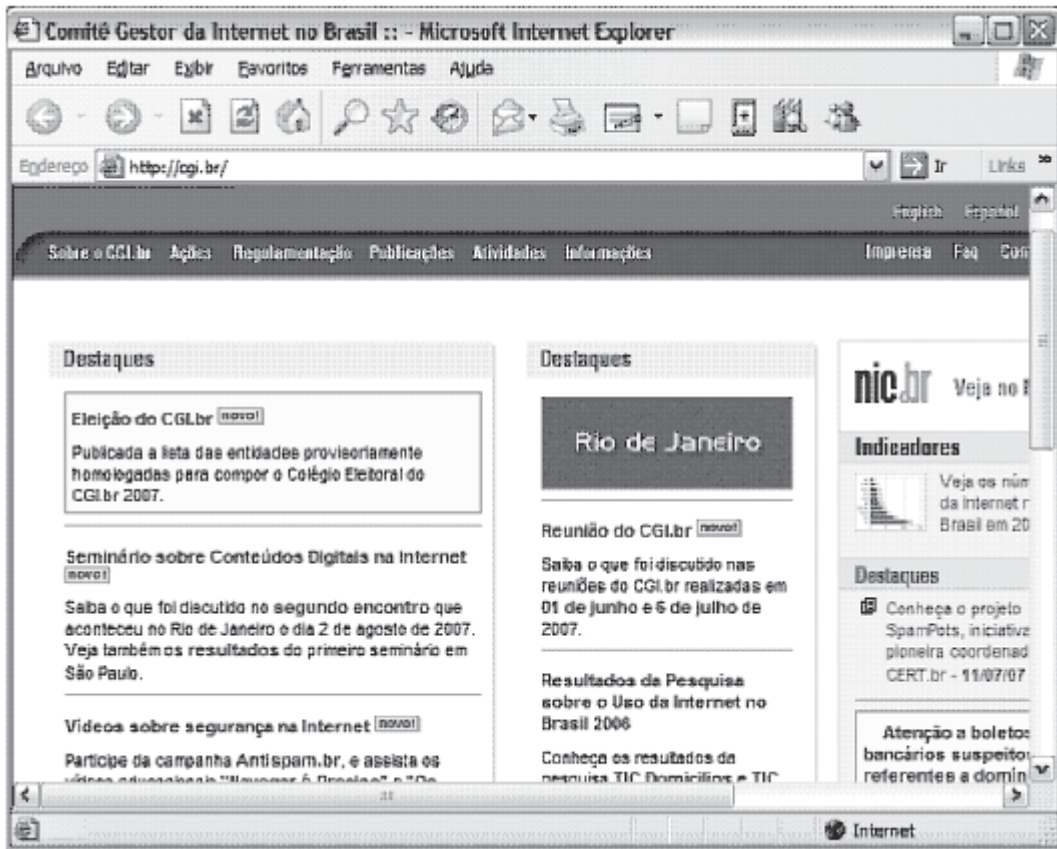
- a) Caso o usuário aplique um clique duplo sobre o trecho “2005”, localizado no final do primeiro parágrafo, o trecho “001/2005” será selecionado.
- b) Se o usuário selecionar a palavra “procedimento”, localizada na primeira linha do primeiro parágrafo, por meio da opção Recortar do menu Inserir, a referida seleção será enviada para a Área de transferência.
- c) Caso o ponto de inserção esteja posicionado imediatamente antes da palavra “execução”, localizada na segunda linha do primeiro parágrafo, e o usuário pressionar a tecla “Ctrl”, mantendo-a pressionada, teclar “delete”, a palavra “execução” será removida do texto.
- d) A tecla de atalho “Ctrl + A” permite selecionar todo o texto do documento, e esta funcionalidade pode ser obtida por intermédio do menu Formatar.
- e) O usuário pode configurar os Recuos de parágrafo por intermédio da régua vertical localizada na parte superior do documento, ou por meio do menu Editar.





19. De acordo com a figura abaixo, levando em consideração conceitos do Microsoft Excel e que na planilha denominada *Fonte* a célula B2 possui o valor numérico “2”. Caso o usuário copie o conteúdo da célula A1 da planilha *Base* para a célula B2 desta mesma planilha, assinale a alternativa que contempla o valor apresentado na célula B2 na planilha *Base*:



- a) 6
- b) 5
- c) 7
- d) #REF!
- e) #VALOR!

20. Com base na figura do Internet Explorer, em sua configuração padrão, que apresenta a página do CGI (Comitê Gestor da Internet no Brasil), assinale a alternativa correta:



- a) Por intermédio do botão , é possível verificar os últimos endereços visitados por este computador.
- b) *Cookies* são endereços de URLs que por padrão são apresentados no menu Favoritos do *browser*, e nunca podem ser excluídos.
- c) É possível observar na imagem que o site está protegido por algoritmos de criptografia para navegação na Internet, caso contrário o item  Internet não seria exibido.
- d) As funcionalidades dos botões  podem ser acessadas por meio do menu Editar.
- e) Por intermédio do botão , é iniciado o antivírus que vem junto com o Microsoft Windows XP, e é iniciada uma varredura por vírus neste site.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, conforme prevê expressamente o texto constitucional vigente.
- É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.
- Ao militar são proibidas a sindicalização e a greve, segundo prevê expressamente a CF/88. Quanto à filiação partidária, porém, não há mais vedação constitucional, visto que a Carta Magna vigente estabelece que o militar, enquanto em serviço ativo, pode estar filiado a partidos políticos, inclusive os conscritos.

22. Conceder-se-á “habeas corpus”:

- Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de manifestação de pensamento, por ilegalidade ou excesso de poder.
- Para proteger direito líquido e certo, não amparado por “habeas data” ou mandado de segurança, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.
- Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- Sempre que a falta da norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e de prerrogativas inerentes à soberania, à cidadania e à nacionalidade.

23. Em seu Título II, Capítulo III, a Constituição Federal de 1988 assenta que são privativos de brasileiro NATO os cargos de:

- Governador de Estado-membro e Prefeito Municipal;
- Presidente da República e Presidente da Câmara dos Deputados;
- Ministro da Justiça e Ministro de Estado de Defesa;
- Presidente da República, Vice-Presidente da República e Governador do Distrito Federal;
- Oficial das Forças Armadas e Prefeito Municipal.

24. Analise os itens a seguir:

- Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
- O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.
- São gratuitas as ações de “habeas corpus” e “habeas data”.
- É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

De acordo com o ordenamento constitucional vigente, estão corretas:

- apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- apenas as afirmativas I, II e V.
- apenas as afirmativas II, III e IV.
- apenas as afirmativas I e II.
- Todas as afirmativas.

25. Assinale a opção correta:

- A Lei 8.666/1993 prevê cinco distintas modalidades de licitação – concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- A Lei 8.666/1993 não cuida das hipóteses de impossibilidade jurídica de licitação.
- A regra geral é que a contratação de serviços técnicos profissionais especializados seja precedida de licitação na modalidade concorrência.
- Diz-se licitação deserta ou fracassada quando a licitação é convocada e não aparece nenhum interessado. Atualmente, na pertinente legislação, não há previsão de licitação fracassada.
- Os princípios básicos que regem o procedimento licitatório estão previstos exclusivamente no texto constitucional, sem qualquer previsão na Lei n.º 8.666/1993, diploma este de normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.



26. A conduta do guarda municipal que, de arma em punho, reage contra uma agressão culposa de um motorista que dirige de maneira tão imprudente em um parque da cidade a ponto de causar risco à vida dos cidadãos que estão no local, obrigando-o a parar imediatamente o veículo, é:

- a) atípica.
- b) típica, mas lícita, pois o guarda municipal agiu em exercício regular de direito.
- c) típica, mas lícita, pois o guarda municipal agiu em legítima defesa de terceiros.
- d) atípica e lícita.
- e) típica e ilícita, mas a conduta do guarda municipal não é culpável.

27. O guarda municipal que não dispõe da posse de determinado bem, porém se vale da facilidade que sua condição de guarda municipal lhe proporciona para subtraí-lo, para si ou para outrem, comete o crime de:

- a) Furto qualificado;
- b) Peculato-desvio;
- c) Peculato culposo;
- d) Peculato-furto;
- e) Furto com causa de aumento de pena.

28. André, em uma reunião de trabalho com várias pessoas, disse que Márcio, seu colega ali presente, é “ladrão”, sem, contudo, atribuir-lhe um fato determinado. Essa conduta pode, em tese, caso presentes todos os elementos do tipo penal, configurar o crime de:

- a) calúnia;
- b) difamação;
- c) injúria;
- d) atentado à dignidade;
- e) não corresponde a nenhum tipo previsto no Código Penal.

29. Mariane, quando em sua casa, induziu seu namorado Ricardo a se suicidar. Posteriormente, influenciado pelas palavras de Mariane, quando chegou em seu apartamento, sozinho, realmente ele tentou se suicidar por enforcamento, utilizando uma corda que tinha guardada. Porém, a corda acabou arrebentando, diante do que Ricardo sobreviveu, mas teve uma lesão corporal de natureza leve. Mariane deverá responder:

- a) como autora do crime de induzimento ao suicídio;
- b) como autora do crime de induzimento ao suicídio, na modalidade tentada;
- c) como partícipe do crime de lesão corporal consumada;
- d) como autora do crime de homicídio tentado;
- e) a conduta de Mariane é atípica.

30. Lucas e Tadeu são guardas municipais. Em um parque do município, perceberam a presença de duas pessoas transportando maconha e as detiveram. Em seguida, exigiram R\$ 2.000,00 para as liberar e deixar de conduzi-las à delegacia de polícia. Lucas e Tadeu cometeram o crime de:

- a) prevaricação;
- b) concussão;
- c) corrupção ativa;
- d) corrupção passiva;
- e) condescendência criminosa.

31. Dois estudantes holandeses, que chegaram há poucos dias no Brasil, foram surpreendidos portando pequena quantidade de maconha para consumo pessoal. Eles tinham a convicção de que, no Brasil, assim como é em seu país de origem, o porte de pequena quantidade de maconha para uso pessoal fosse permitido. Nesse caso, poder-se-ia alegar em favor deles:

- a) erro de tipo, que exclui o dolo.
- b) erro de tipo, porém vencível, sendo punível pela culpa.
- c) fato de consciência, que afasta a culpabilidade.
- d) erro de proibição, excluindo-se a culpabilidade pela falta de conhecimento da antijuridicidade.
- e) erro de proibição, excluindo-se a antijuridicidade pela inexigibilidade de conduta diversa.

32. O guarda municipal Adriano recebeu, para poder exercer sua função, uma arma de fogo. Em determinado dia, Adriano, deixando de observar as cautelas necessárias, deixou-a em local acessível a seu primo de 12 anos. A criança pegou a arma e a levou para a escola, onde apenas a exibiu a um colega. Um professor observou o fato e tomou as medidas cabíveis, inclusive acionando as autoridades competentes.

Tendo em vista esta situação fática, assinale a alternativa correta:

- I. Adriano poderá responder por crime de omissão de cautela, previsto na Lei n.º 10.826/2003.
- II. Adriano poderá responder por crime de posse irregular de arma de fogo, previsto na Lei n.º 10.826/2003.
- III. O crime que pode corresponder à conduta fática referida é omissivo próprio.
- IV. O crime que pode corresponder à conduta fática referida é omissivo impróprio.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e III
- b) I e IV
- c) II e III
- d) II e IV
- e) I, II e IV



33. Assinale (V) se a assertiva for verdadeira e (F) se a assertiva for falsa.

De acordo com o que dispõe a Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas), para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá:

- () à quantidade da substância apreendida;
- () à natureza da substância apreendida;
- () ao valor de mercado da substância apreendida;
- () ao local e às condições em que se desenvolveu a ação;
- () à conduta e aos antecedentes do agente.

Marque a alternativa que corresponde, de cima para baixo, às respostas corretas:

- a) V – V – F – V – V
- b) V – V – F – F – V
- c) F – F – V – V – F
- d) V – F – V – V – V
- e) V – F – V – V – F

34. O guarda municipal Alberto, ciente de que seu compadre Manoel pretende matar seu desafeto, empresta-lhe sua arma para esse fim. Consumado o homicídio, João será considerado:

- a) autor imediato;
- b) autor mediato;
- c) coautor;
- d) partícipe;
- e) autor principal.

35. Ana influiu para que Antônio, este último de má-fé, adquirisse produto de crime. Ana praticou:

- a) receptação própria;
- b) receptação imprópria;
- c) receptação privilegiada;
- d) receptação culposa;
- e) participação em receptação.

36. Quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega grave ameaça contra a pessoa, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro, comete:

- a) roubo próprio;
- b) roubo impróprio;
- c) furto qualificado;
- d) furto simples;
- e) furto em concurso formal com ameaça.

37. É considerado pela Lei 8.069/1990 como crime contra a criança e o adolescente:

- I. Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente;
- II. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento;
- III. Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;
- IV. Armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.
- V. Comercializar, ou ter em depósito para fins de comercialização, produto destinado à recreação infantil que possa ocasionar qualquer risco à sua saúde ou integridade física e mental.

Está correto o que se afirma em:

- a) uma assertiva;
- b) duas assertivas;
- c) três assertivas;
- d) quatro assertivas;
- e) cinco assertivas.

38. Artur, com 21 anos de idade, subtraiu para si um aparelho de som avaliado economicamente em R\$ 950,00, de propriedade de seu pai Heriberto, de 62 anos de idade.

Diante dessa situação fática, está correto afirmar que:

- a) Artur cometeu o crime de apropriação indébita, mas é isento de pena, por ter praticado o crime contra ascendente.
- b) Artur não é isento de pena, devendo responder por crime de furto, pois apesar de o crime ter sido praticado contra ascendente, seu pai já tem mais de sessenta anos de idade.
- c) Artur cometeu o crime de furto, mas é isento de pena, por ter praticado o crime contra ascendente.
- d) Artur não é isento de pena, devendo responder por crime de apropriação indébita, pois apesar de o crime ter sido praticado contra ascendente, seu pai já tem mais de sessenta anos de idade.
- e) Artur cometeu o crime de receptação, mas é isento de pena, por ter praticado o crime contra ascendente.



39. Rodrigo, guarda municipal, manuseava em sua casa uma arma que legitimamente possuía, quando, de maneira, imprudente, acionou um mecanismo que ocasionou um disparo, vindo a atingir um vizinho que passava na calçada. Tal vizinho, diante do ferimento causado pelo disparo, ficou impossibilitado de realizar as suas ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias. Diante dessa situação, Rodrigo responderá por:

- a) lesão corporal culposa;
- b) lesão corporal culposa grave;
- c) lesão corporal culposa gravíssima;
- d) porte ilegal de arma de fogo;
- e) manuseio indevido de arma de fogo.

40. Em relação aos Crimes contra a Administração Pública, considere:

- I. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- II. Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
- III. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

As assertivas correspondem, respectivamente, aos crimes de:

- a) corrupção passiva, tráfico de influência e corrupção ativa;
- b) concussão, corrupção passiva e tráfico de influência;
- c) tráfico de influência, concussão e corrupção ativa;
- d) corrupção passiva, corrupção ativa e concussão;
- e) corrupção ativa, tráfico de influência e corrupção passiva.



